

# POLÍTICAS EDUCACIONAIS NEOLIBERAIS: influências e impactos nos sistemas públicos de ensino

Liliane Barros de Almeida Cardoso<sup>1</sup>  
Vinicius Nogueira Alves Carvalho<sup>2</sup>

## RESUMO

Este trabalho tem como objetivo refletir de forma ampla sobre as políticas educacionais neoliberais e seus desdobramentos nos sistemas públicos de ensino. Visto que, desde a década de 1990, o ideário neoliberal tem apresentado significativa participação na definição das políticas educacionais, elaboradas pelos órgãos oficiais (Ministério da Educação - MEC e Secretarias Estaduais e Municipais de Educação). Sendo assim, buscaremos apreender e analisar como essas políticas educacionais neoliberais tem se desdobrado nos sistemas públicos de ensino. Para tanto, realizou-se uma pesquisa qualitativa, de cunho bibliográfico, e a análise de documentos de organismos internacionais, como o Banco Mundial (BM) e Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO). A partir dessa análise, compreende-se que as políticas educacionais em vigência são fortemente influenciadas pelos organismos internacionais na definição dos rumos das políticas do Ministério, e demais órgãos públicos responsáveis pela elaboração de políticas públicas para a Educação.

**Palavras-chave:** Organismos internacionais. Políticas educacionais. Sistemas de ensino. Neoliberalismo.

## NEOLIBERAL EDUCATIONAL POLICIES: influences and impacts on public education systems

## ABSTRACT

This study aims to broadly reflect on neoliberal educational policies and their developments within public education systems. Since the 1990s, the neoliberal ideology has played a significant role in shaping educational policies formulated by official bodies (Ministry of Education – MEC and State and Municipal Departments of Education). Thus, this work seeks to understand and analyze how these neoliberal educational policies have unfolded within

<sup>1</sup>Doutora em Educação pela Universidade Federal de Goiás (UFG). Professora do Programa de Pós-Graduação em Educação da UEG/Unu Inhumas - Brasil; Orcid iD: <https://orcid.org/0000-0001-5241-1790>. E-mail: [liliane.cardoso@ueg.br](mailto:liliane.cardoso@ueg.br)

<sup>2</sup>Graduado em Licenciatura em Pedagogia pela Universidade Estadual de Goiás (UEG). Bolsista Programa de Voluntários de Iniciação Científica (PVIC/UEG), UEG, Campus Central/UnU Jaraguá - Brasil; Orcid iD: <https://orcid.org/0009-0003-1012-5050>. E-mail: [vn525828@gmail.com](mailto:vn525828@gmail.com)

public education systems. To achieve this, a qualitative, bibliographic research was conducted, along with the analysis of documents from international organizations such as the World Bank (WB) and the United Nations Educational, Scientific and Cultural Organization (UNESCO). Based on this analysis, it is understood that the current educational policies are strongly influenced by international organizations in defining the directions of policies formulated by the Ministry and other public bodies responsible for developing public policies for education.

**Keywords:** International organizations. Educational policies. Education systems. Neoliberalism.

### **POLÍTICAS EDUCACIONALES NEOLIBERALES: influencias e impactos en los sistemas públicos de educación**

#### **RESUMEN**

Este trabajo tiene como objetivo reflexionar de forma amplia sobre las políticas educativas neoliberales y sus repercusiones en los sistemas públicos de enseñanza. Desde la década de 1990, el ideario neoliberal ha tenido una participación significativa en la definición de las políticas educativas elaboradas por los organismos oficiales (Ministerio de Educación - MEC y Secretarías Estatales y Municipales de Educación). Por lo tanto, se buscará comprender y analizar cómo estas políticas educativas neoliberales se han desplegado en los sistemas públicos de enseñanza. Para ello, se realizó una investigación cualitativa, de carácter bibliográfico, y el análisis de documentos de organismos internacionales, como el Banco Mundial (BM) y la Organización de las Naciones Unidas para la Educación, la Ciencia y la Cultura (UNESCO). A partir de este análisis, se entiende que las políticas educativas vigentes están fuertemente influenciadas por los organismos internacionales en la definición de las directrices de las políticas del Ministerio y demás órganos públicos responsables de la elaboración de políticas públicas para la Educación.

**Palabras clave:** Organismos internacionales. Políticas educativas. Sistemas de enseñanza. Neoliberalismo.

#### **INTRODUÇÃO**

O presente trabalho tem como objetivo refletir sobre as políticas educacionais neoliberais, buscando apreender as repercussões dessas políticas recomendadas pelos organismos internacionais nos sistemas de ensino e na prática pedagógica dos professores. Sendo assim, buscamos apreender e analisar como elas tem se desdobrado nos sistemas públicos de ensino.

Desde a década de 1990, o ideário neoliberal vem marcando forte presença na elaboração das políticas educacionais brasileiras, especialmente nos governos nacionais de Fernando Collor (1990-1992) e Fernando Henrique Cardoso (1995-2003). Ambos os governos, foram responsáveis pela inserção das recomendações oriundas das agências multilaterais no país. O viés mercadológico passou a ser utilizado como base para elaboração dos documentos oficiais regulatórios do Ministério da Educação (MEC), documentos esses que organizam, estruturam e definem as políticas educacionais brasileiras, com repercussões no âmbito estadual e municipal. O próprio Ministério da Educação, desde então, vem reafirmando a importância da parceria com os organismos internacionais, tais como Banco Mundial (BM), Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO), Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) e outras agências de viés neoliberal, que ultrapassaram o final do século XX e adentraram o século XXI traçando diretrizes a serem utilizadas como base em recomendações que impõem as escolas o que fazer, como fazer e quando fazer. O que está em jogo é a autonomia das redes de ensino, influenciando seu projeto educativo, sua concepção de educação e a gestão das atividades pedagógicas, sua decisão sobre que conhecimento, cultura, valores, identidades formar e privilegiar em um projeto de escola e de sociedade.

A padronização do currículo e do processo ensino-aprendizagem, são apontadas por vários pesquisadores (Freitas, 2014; Libâneo, 2018; Silva; 2014), como estratégias de avaliação, monitoramento e controle das redes de ensino pelo Estado. Devido a essa agenda neoliberal de educação, a escola pública tem sido pressionada a se configurar a partir dos ditames do mercado, ofertando as populações mais pobres uma educação escolar cada vez mais instrumental e empobrecida em termos de conhecimentos científicos e culturais.

No primeiro momento da pesquisa foi realizada uma pesquisa bibliográfica, selecionou-se artigos científicos, dissertações de mestrados e teses de doutorados, que versassem sobre políticas educacionais neoliberais e suas repercussões nos sistemas de ensino e na prática pedagógica dos professores. Posteriormente, realizou-se a análise documental, para tanto, foram selecionados dois documentos de organismos internacionais, um do Banco Mundial e outro da Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO).

O Banco Mundial e a UNESCO, em documentos técnicos recentes, vêm divulgando orientações para os países em desenvolvimento, que tem sido utilizado para embasar a elaboração de diretrizes e documentos oficiais do MEC, repercutindo em finalidades educativas, organização e estrutura dos sistemas de ensino no Brasil. Para captar e analisar tais orientações dos organismos internacionais, serão analisados a seguir o documento do Banco Mundial Aprendizagem para Todos Investir nos Conhecimentos e Competências das Pessoas para Promover o Desenvolvimento, documento técnico publicado em 2020, assim como o Relatório Anual da Unesco no Brasil 2022, produzido pela Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO) e publicado no ano de 2023.

### **Recomendações dos organismos internacionais para os países em desenvolvimento: o que dizem os documentos?**

Criado em 1944 na Conferência de Bretton Woods, juntamente com outros organismos internacionais, o Banco Mundial se tornou uma das principais agências multilaterais que passou a influenciar por meio de suas recomendações o campo educacional dos países em desenvolvimento, “[...] com isso, a educação passou a ocupar a agenda de empresários e economistas em todo mundo” (Silva, 2014, p. 77).

Os documentos dessa agência passaram a serem utilizados pelo Ministério da Educação (MEC), como base para elaboração dos documentos oficiais nacionais em nível macro, e conseqüentemente os documentos elaborados em âmbito meso e micro. Dado isso, o BM se tornou um organismo de grande influência, prestando aos países associados a função de assessoria técnica educacional. Abaixo serão citadas algumas de suas recomendações.

Estamos a viver num período de extraordinária transformação. A impressionante ascensão dos países de renda média, liderada pela China, Índia e Brasil intensificou o desejo de muitas nações de aumentar a sua competitividade mediante o desenvolvimento de forças de trabalho mais capacitadas. Os avanços tecnológicos estão a mudar os perfis e as qualificações profissionais e, ao mesmo tempo, a oferecer possibilidades de aprendizagem acelerada. Os níveis implacavelmente elevados de desemprego, especialmente entre os jovens, ressaltaram a incapacidade dos sistemas de educação para formar jovens com as competências corretas para o mercado de

trabalho e incentivaram os apelos de mais oportunidades e responsabilidades (Banco Mundial, 2020, p. 4).

As justificativas ressaltam a incapacidade da educação escolar de formar nos jovens um determinado tipo de competências para o mercado de trabalho. De acordo com Moreira e Lara (2012) os projetos elaborados pelo Banco Mundial, estão mais preocupados com questões econômicas do que educacionais. Ao analisar este documento, observa-se a responsabilização dos sistemas de educação pelos altos níveis de desemprego, a ideia é desqualificar a educação ofertada pela escola pública na formação dos jovens e, com isso, tirar a atenção dos problemas produzidos pelo próprio sistema capitalista, que não consegue empregar grande parte da força produtiva qualificada dos países emergentes. Observa-se ainda, uma preocupação exclusivamente econômica, dando indícios da estratégia política de utilizar a educação pública apenas como meio para formar a mão de obra necessária para o setor empresarial. Dentro da lógica neoliberal, a escola torna-se o local de preparação de mão de obra barata para o mercado, e de adaptação dos indivíduos no atual contexto da globalização competitiva (Libâneo e Freitas, 2018).

Destarte, por mais que o discurso pareça algo bastante aceitável, propondo apenas coisas boas aos países em desenvolvimento, a estratégia política neoliberal é utilizada como pano de fundo que embasa essas recomendações. Termos como setor privado, adaptação, competitividade, aprendizagem acelerada e trabalho marcam todo o texto do documento do Banco. Conforme afirmam Moreira e Lara (2012), ao analisarem alguns documentos do BM, que vigoraram na década de 1990, identificaram que esse organismo internacional aborda os problemas educacionais da América Latina, como problemas de rendimento e produtividade. Com isso, as autoras identificaram o teor técnico que o Banco e seus gestores tratam a educação.

Nessa perspectiva, por mais que seus documentos sirvam como recomendações para o setor educacional, ao analisá-los, evidencia-se do início ao fim o discurso técnico de viés econômico que versam suas recomendações. Dentro dessa lógica, a educação pública acaba se alinhando para o processo de globalização do capital, pois, o Banco Mundial é marcado pela globalização e o neoliberalismo, a qual traça metas educacionais visando de forma estratégica não somente aderir, como também, integrar o processo de globalização do capitalismo (Moreira e Lara, 2012).

Segundo Trojan (2016), os países em desenvolvimento se apresentam cada vez mais dependentes dos organismos internacionais. Desse modo, as ações e políticas nacionais se voltam para o processo de globalização, deixando em segundo plano o próprio território nacional e seus inúmeros problemas. Sobre o discurso que é preciso focar no desenvolvimento do setor produtivo. Saviani (2008, p. 185) esclarece

[...] a "racionalidade financeira" é a via de realização de uma política educacional cujo vetor é o ajuste aos desígnios da globalização através da redução dos gastos públicos e diminuição do tamanho do estado, visando a tornar o país atraente ao fluxo do Capital financeiro internacional.

O autor deixa nítido que enquanto a atenção dos governos prioriza as questões internacionais, o país se aprofunda nas desigualdades de acesso à educação de qualidade, impedindo o filho do pobre de ter acesso aos bens culturais, produzidos historicamente pelo homem, que é fundamental para o desenvolvimento social e humano. Alerta Saviani que em relação às políticas propostas pelo MEC (2008, p.187) “[...] devemos caminhar na direção de uma outra política educacional que responde de frente os desafios educacionais da sociedade brasileira na conjuntura atual [...]”. Olhar para o contexto educacional brasileiro e trabalhar para o enfrentamento dos problemas reais, pode ser um dos primeiros passos na superação do ideário neoliberal para educação.

Para dar continuidade na análise do documento do BM Aprendizagem para Todos Investir nos Conhecimentos e Competências das Pessoas para Promover o Desenvolvimento, será analisado o subtítulo OBJECTIVO: APRENDIZAGEM PARA TODOS, PARA ALÉM DA ESCOLARIZAÇÃO.

A nova estratégia centra-se na aprendizagem por uma simples razão: o crescimento, desenvolvimento e redução da pobreza dependem dos conhecimentos e qualificações que as pessoas adquirem, não no número de anos que passaram sentados numa sala de aula. No nível pessoal, embora um diploma possa abrir as portas para um emprego, são as competências do trabalhador que determinam a sua produtividade e capacidade para se adaptar a novas tecnologias e oportunidades. Conhecimento e qualificações contribuem também para que um indivíduo possa ter uma família saudável e instruída, e participe na vida cívica. No nível social, pesquisas recentes mostram que o nível de competências de uma força de trabalho – medido pelos resultados de avaliações internacionais de estudantes, como o

Programa Internacional para a Avaliação de Alunos (PISA) e as Tendências Internacionais no Estudo da Matemática e das Ciências (TIMSS) – prevêem taxas de crescimento económico muito mais elevadas que as médias de escolaridade. Por exemplo, um aumento de um desvio-padrão nas notas de leitura e matemática dos estudantes (equivalente aproximadamente a uma subida do ranking de desempenho de um país, da mediana para os 15 por cento do topo), está associado a um aumento muito elevado de 2 pontos percentuais no crescimento anual per capita do GDP (Banco Mundial, 2020, p. 7).

No trecho citado acima, os termos competências, produtividade, capacidade, adaptar e qualificação tomam a centralidade do parágrafo. Diante do exposto, se efetiva o que muitos pesquisadores vêm alertando nas últimas décadas, sobre a transferência dos princípios e métodos do mercado para escola pública. Referente a essa questão, Silva (2018, p. 139) alerta para "[...] uma forte tendência de subordinação as atividades pedagógicas e conteúdos curriculares as metas definidas em competências e habilidades".

Como se identifica, para o Banco Mundial (2020, p. 7) "[...] redução da pobreza dependem dos conhecimentos e qualificação que as pessoas adquirem, não no número de anos que passam sentados em uma sala de aula". Segundo Libâneo e Freitas (2018, p. 24) "[...] cujas finalidades educativas de formação escolar centram-se em interesses capitalistas de formação imediata para o trabalho, em ligação direta com o mercado". Observa-se nos documentos, que o Banco Mundial defende uma visão estreita de educação, o processo de ensino é entendido como informação a ser transmitida e a aprendizagem como informação a ser assimilada, a vista que, o que importa são as competências necessárias a serem desenvolvidas para ser um bom trabalhador.

Por outro lado, os educadores e pesquisadores em educação defendem que os estudantes, especialmente aqueles mais pobres, se apropriem dos conhecimentos sistematizados, produzidos pela humanidade, visando o desenvolvimento amplo de vários aspectos, sejam eles intelectuais, físicos, psíquicos, afetivo e moral, porém, os organismos internacionais julgam isso como perda de tempo. Garantir a apropriação desses conhecimentos possibilita que o estudante faça um duplo movimento, articulando os conteúdos científicos e seu contexto sociocultural (Libâneo, 1983). Com isso, o estudante será capaz de refletir criticamente sobre a sociedade a qual está

inserido, as condições sociais que se encontra e como se dá a estrutura social vigente (capitalista). Porém, o que os organismos internacionais e os reformadores empresariais da educação defendem e pregam, por meio da lógica liberal, é a manutenção da sociedade tal como está. Portanto, não se deve perder tempo discutindo questões da vida fora da escola, pois está tudo bem, basta manter a estrutura social como está. Por isso é necessário adaptar os indivíduos para essa sociedade harmoniosa.

Neste particular, é importante assinalar que a própria forma escolar atual já foi concebida com o intuito de isolar as crianças da vida, vale dizer das contradições sociais. A proximidade com estas, levaria a juventude a pensar sobre a nossa forma de organização social e seus limites, ensejando desejos de mudança ou revolta. Isolados no interior das salas de aulas, restritos à aprendizagem do básico, lhes é prometido um dia, chegar aos níveis mais avançados e complexos de educação, que de fato nunca chegarão a ver. Historicamente, a escola sempre sonou seu conteúdo para a classe trabalhadora (Freitas, 2014, p. 4).

Na lógica liberal, defendida pelo setor privado, a escola não deve estar aberta para a vida, tão pouco refletir e discutir sobre ela mesma. Para Libâneo (1983, p.2), o termo liberal está totalmente ligado com a manutenção “[...] dos interesses individuais na sociedade, [...] forma de organização social baseada na propriedade privada dos meios de produção, também denominada sociedade de classes”. No contexto escolar, as crianças e jovens da educação básica, estão sendo impedidos de refletir criticamente sobre sua própria realidade, sendo submetidos acreditarem em que basta se esforçarem mais que vão chegar lá. Esse discurso fantasioso, que busca respaldo na meritocracia, está sendo utilizado para justificar tamanha desigualdade social no contexto atual do país. Em consequência disso, crianças e jovens são alienados a tal ponto que acreditam que dentro do meio de produção capitalista vão superar os desafios que são provocados pelo próprio sistema. Não para por aí, a própria política educacional que utiliza as influências dos organismos internacionais para serem elaboradas, estão padronizando e controlando o sistema público de ensino para adaptar o indivíduo a esse sistema.

Segundo Freitas (2014, p. 06), as políticas neoliberais “[...] fortalecem os processos de aprendizagem que isolam a criança da vida e, portanto, das contradições sociais existentes na vida, difundindo a meritocracia como base explicativa do funcionamento social [...]”. Nessa escola, idealizada e executada pelo

empresariado, as questões sociais não entram, apenas os princípios e métodos do mercado.

O ponto essencial da estratégia para a educação do Grupo do Banco é: Investir cedo. Investir com inteligência. Investir em todos. Em primeiro lugar, as competências fundamentais adquiridas na infância tornam possível uma vida inteira de aprendizagem, pelo que a visão tradicional de começar a educação com a escola primária responde demasiado tarde ao desafio. Segundo, para obter o melhor valor por cada dólar aplicado na educação, é preciso fazer investimentos hábeis – aqueles que já provaram contribuir para a aprendizagem. A qualidade tem de ser o fulcro dos investimentos na educação, com os ganhos de aprendizagem como medida-chave da qualidade. Terceiro, aprendizagem para todos significa garantir que todos os estudantes e não só os mais privilegiados ou talentosos possam adquirir o saber e as competências de que necessitam (Banco Mundial, 2020, p. 8).

Termos como investir, valor, dólar e investimentos hábeis, aparecem fortemente no documento citado acima. O caráter financeiro que está visando lucros marca essas recomendações e a política educacional. Essa política financeira que fundamenta as propostas e ações dos governos, estão nitidamente buscando resultados que são exclusivamente financeiros, portanto, devem trazer lucros imediatos.

Os bancos e organizações que são sediados em países membros e que traçam as diretrizes a serem seguidas pelos países em desenvolvimento, estão em busca de resultados lucrativos para compensar cada dólar que investem em educação, na medida que, "[...] para obter o melhor valor por cada dólar aplicado na educação, é preciso fazer investimentos hábeis [...]" (Banco Mundial, 2020, p. 6). Nessa direção, as políticas sociais, em particular a política educacional, são elaboradas com base na relação custo-benefício, levando em consideração apenas os aspectos de ganhos e perdas financeiras, deixando para segundo plano os ganhos de natureza social, como erradicação do analfabetismo e oferta de educação pública e de qualidade para todos. É assim que o Estado, submetido a essa lógica, pautada pelo ideário neoliberal, termina por atrofiar a política social, que se torna subordinada a política econômica (Saviani, 2008).

Em conformidade com o que vem se tratando até aqui, se torna necessário analisar a concepção de qualidade da educação defendida e propagada pelo BM. Essa agência multilateral em seus documentos vem supostamente se preocupando com a qualidade da educação dos países em desenvolvimento, visto que, "A

qualidade tem de ser o fulcro dos investimentos na educação, com os ganhos de aprendizagem como medida-chave da qualidade” (Banco Mundial, 2020, p. 8).

### **A defesa por uma educação de qualidade total: que qualidade é essa?**

O termo qualidade é bastante utilizado pelos organismos internacionais nas recomendações para a educação pública (como se identifica no documento do Banco), deixando a falsa impressão de que de fato se preocupam com a qualidade da educação. Segundo Moreira e Lara (2012, p. 201) "O discurso que envolve a proposta política de qualidade [...] está pautado na concepção de gerenciamento do mercado [...]". O que dá indicativos sobre os significados do termo qualidade defendido pelos organismos internacionais, caracterizando o atendimento das demandas das grandes corporações e organizações financeiras internacionais.

Cabe ainda destacar, que devido às grandes mudanças que o setor produtivo está sofrendo, devido ao avanço tecnológico e o avanço do próprio sistema capitalista, o grau de complexidade demandado pelas empresas aumenta drasticamente. Em consequência disso, o empresariado desperta uma certa preocupação, na medida que, necessitam de mão de obra qualificada para atender tais necessidades. Posto isto

A questão com a qual o capital passou a se defrontar foi: como liberar um pouco mais de conhecimento para as camadas populares sem abrir mão do controle ideológico da escola, sem correr o risco de eventualmente abrir espaço para as teorias pedagógicas mais progressistas, comprometidas com as transformações da escola para além da versão tecnicista e escolanovista. Como, em um quadro de escassez de mão de obra barata, incorporar cada vez mais as camadas populares na escola básica, submetendo-a à preparação para o mercado de trabalho? (Freitas, 2014, p. 5).

Desta forma, evidencia-se o interesse dos organismos internacionais e do empresariado sobre a preocupação em formar o trabalhador necessário para atender as novas demandas do capital. De acordo com Saviani (2008, p. 4) "[...] com o incremento da industrialização e urbanização, começa a haver, também, um incremento correspondente nos índices de escolarização [...]". Para tanto, formar a mão de obra barata para atuar nas empresas privadas de alta complexidade, passa a ser o ponto de discussão presente na agenda neoliberal para educação pública.

Segundo Moreira e Lara (2012), qualidade é uma das categorias que versam os documentos dos organismos internacionais, dentro da lógica funcionalista neoliberal. Com isso, revelasse o quão limitado é a concepção de qualidade da educação para o Banco Mundial, a UNESCO, juntamente com a suposta qualidade defendida pelos reformadores empresariais da educação. Pois, reduzir a formação dos jovens a uma mera adaptação ao sistema capitalista de produção, já é tida como educação de qualidade total, de acordo com a concepção defendida e propagada por certos grupos.

Nem todos defendem ou aceitam essa concepção reducionista de educação de qualidade. Por mais que os reformadores estão tentando alinhar qualidade com produtividade, os educadores progressistas contrapõem a essa lógica advinda do ideário neoliberal. Em conformidade com Freitas (2014), o conflito estabelecido entre educadores e empresários, diz respeito a disputa pelo o que se compreende por boa educação, a vista que, para o empresariado as habilidades básicas, como ler e escrever, são as habilidades necessárias demandadas pelas fábricas, sendo assim, são o suficiente, entretanto, para os educadores tal concepção é limitada e insuficiente. Portanto, a concepção de qualidade da educação para os educadores, é totalmente contrária à dos neoliberais. Essa disputa de concepções não é recente, está travada desde o final do século XX, e adentrou o século XXI. Reformadores empresariais e educadores progressistas, travam essa disputa de acordo com seus interesses, à qual julgam necessários para formação da juventude. Tentar garantir uma formação humana não está sendo nada fácil para os educadores, devido à forte presença do empresariado no campo educacional. Freitas (2014, p. 04) ressalta

Há, portanto, uma disputa pelo conceito de educação e pelos métodos de formação da juventude. Os empresários e seus apoiadores defendem uma versão instrumentalizada de educação a qual disfarçam muito bem com bandeiras como “primeiro o básico”, “os direitos da criança têm que vir primeiro” etc. Coisas com as quais nós até podemos concordar, mas sob outra concepção. Os educadores querem uma educação de qualidade social, voltada para os valores, para a formação humana ampla e entendem que a educação não é matéria para ser privatizada, pois é um bem público. Como tal, não pode ser entregue ao controle de um setor da sociedade, os empresários. Isso não é democrático – mesmo no quadro de dificuldades pelas quais passa a escola pública.

Ainda em conformidade com o autor, por mais que a situação da escola pública brasileira atual não está nada aplausível, defender uma qualidade restrita ao setor produtivo, não é solução. Conforme Libâneo (2018, p.50) "Qualidade da educação implica, portanto, juízos de valor concernentes ao tipo de educação desejado para formar um ideal de pessoa e de sociedade". A sociedade almejada pelos educadores progressistas é concebida por meio de uma educação que busque uma formação humana e ampla, que deve ser garantida aos jovens, para que eles possam transformar a estrutura social vigente, em uma sociedade mais justa e igualitária.

Deste modo, restringir e minimizar a concepção de educação de qualidade para os ditames do mercado, não tem levado em consideração as reais condições que se encontram a juventude brasileira. A vista disso, garantir que os estudantes tenham acesso a uma educação de qualidade social, visando uma formação que abrange vários aspectos formativos, é de fato o que os educadores estão lutando e tentando garantir. Com isso, por mais que o Banco Mundial e a UNESCO, em seus documentos, refiram-se à qualidade da educação por meio de um discurso que se apresenta preocupado e muito bem intencionado, tem restringido a qualidade da educação aos preceitos mercadológicos.

### **Algumas recomendações da UNESCO para os países em desenvolvimento: discurso humano ou neoliberal?**

A Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO), em seu RELATÓRIO ANUAL DA UNESCO NO BRASIL 2022, publicado no ano de 2023, apresenta as ações que essa agência multilateral promoveu no Brasil no ano de 2022. Com isso, "Este relatório destaca as atividades da Representação da UNESCO no Brasil, fruto da constante colaboração e do trabalho em equipe de lideranças, funcionários e parceiros" (UNESCO, 2023, p. 57).

O discurso humanista e inclusivo, também se faz presente nas recomendações da UNESCO. Para o senso comum, não tem nada o que questionar a quem quer promover uma educação de qualidade, equitativa e inclusiva. Porém, esse discurso pregado pelos organismos internacionais é analisado por alguns pesquisadores, e eles alertam

Tão boas intenções parecem, à primeira vista, compatíveis com uma desejada visão democrática da escola para todos e até com uma visão renovada das políticas educativas. No entanto, esses conceitos necessitam ser examinados com base nas políticas globais definidas pelos organismos internacionais para os países pobres (BIRD, PNUD, BID, UNESCO, UNICEF), de modo a obter o significado contextualizado de tais termos (Libâneo, 2012, p.6).

Portanto, sem uma análise crítica e precisa do contexto que emergem esses termos, acabe-se caindo na ilusão de que esses organismos realmente se preocupam com a educação pública. Outra categoria bastante presente nos documentos técnicos da UNESCO é a erradicação da pobreza. Sendo assim, esse organismo direciona todo a atenção em prol de atingir tal meta.

Ancorada em suas áreas de mandato (Educação, Ciências Naturais, Ciências Humanas e Sociais, Cultura e Comunicação e Informação), a UNESCO continua com seu firme propósito de promover uma educação de qualidade, equitativa e inclusiva, erradicar a pobreza, reduzir as desigualdades sociais, proteger o patrimônio, fomentar a criatividade e respeitar a diversidade cultural, promover o avanço das ciências para um futuro sustentável, preservar a biodiversidade terrestre e marinha do nosso planeta, favorecer a liberdade de expressão e construir sociedades do conhecimento (UNESCO, 2023, p. 3).

Dentro da lógica liberal, que permeia tais recomendações, erradicar a pobreza deve ser tratada como ações imediatas. O ponto a ser destacado é como esse organismo direciona para educação básica, afirmando-a como meio para atingir a meta de erradicação da pobreza. Portanto, a educação básica pública, ganha maior atenção dessas agências que visam implementar estratégias políticas para conseguirem alcançar os resultados esperados.

Nesse enfoque nota-se que o Estado se preocupa, acima de tudo, com a pobreza, para a qual dirige maiores investimentos em Educação Básica. Os pobres, sendo atendidos por programas de base educacional, passariam a participar da vida produtiva dos países com ganhos econômicos. Isso denota uma estratégia de equidade proveniente das recomendações políticas. O receituário neoliberal incentiva a desativação dos programas sociais públicos e nele Estado se atém a estratégias de auxílio à pobreza. Não há, assim, a garantia da igualdade, apenas do mínimo necessário para que os países possam inserir-se racionalmente no modelo global, sem ameaçar o equilíbrio no contexto mundializado (Moreira e Lara, 2012, p. 221).

Além disso, a estratégia de gestão da pobreza não traz o sentido de transformação da realidade da população marginalizada, e sim se fundamenta no assistencialismo como forma de executar tais estratégias. Sabe-se que o assistencialismo está voltado para a manutenção da ordem vigente e não para a transformação da realidade (Moreira e Lara, 2012). Para as autoras citadas, o estado que embasa suas ações nas recomendações dos organismos internacionais, acaba por efetivar ações que também estão voltadas para atender a produtividade econômica. Com isso, percebe-se tamanha ênfase nas políticas voltadas para a educação básica como forma de superação da pobreza.

Os projetos de redução da pobreza, propostos pelos organismos internacionais, são amplamente divulgados e aceitos pelos países em desenvolvimento. A problemática dessa questão se configura na estratégia política desses organismos de pautarem esses projetos na lógica do assistencialismo social. Portanto, as políticas sociais passam a atender a lógica do assistencialismo a pobreza e não a sua superação. Como alertou Moreira e Lara (2012, p.73) “Na encenação dessa história os holofotes se voltam para a pobreza, a fim de inserir os desempregados nos setores informais da economia por meio de incentivos de mercado [...]”. Conforme se lê em documentos da UNESCO, existe um engajamento entre os organismos internacionais, governos e fundações não governamentais, na deliberação e implementação de políticas educacionais de interesses comuns

O Setor de Educação apoiou o Ministério da Educação (MEC) ao longo do ano, fornecendo suporte técnico a suas diversas secretarias, bem como desenvolvendo estudos, pesquisas, formações, materiais e metodologias para os temas educacionais prioritários, tais como: alfabetização, internacionalização da educação superior, gestão educacional, educação profissional e tecnológica, educação inclusiva e financiamento estudantil no ensino superior. Além disso, realizou importantes iniciativas em temas como exclusão de meninas e mulheres nas áreas de ciência, tecnologia, engenharia e matemática (STEM), desenvolvimento do empreendedorismo e promoção de recursos educacionais de qualidade no processo de ensino-aprendizagem. A UNESCO, juntamente com o Todos pela Educação, também reuniu 18 governadores e vice-governadores, juntamente com o recém-eleito vice-presidente, Geraldo Alckmin, para celebrar um compromisso coletivo histórico com a educação básica do país. Em um encontro realizado em Brasília, representações estaduais debateram e definiram uma série de ações conjuntas visando à recuperação da aprendizagem de crianças e jovens brasileiros, o

compartilhamento de experiências educacionais mais efetivas e a definição de pautas prioritárias comuns ao longo dos próximos anos (UNESCO, 2023, p. 3).

Em parceria com a Civicus, a UNESCO no Brasil elaborou um curso online sobre Educação para a Cidadania Global (ECG), a fim de formar professores da educação básica do país. O objetivo é ajudar os professores a compreenderem os conceitos e reconhecerem a importância da ECG como uma parte integral e indissociável da formação de crianças e jovens. O curso tem um módulo introdutório, que apresenta os conceitos gerais da ECG, e um segundo módulo destinado aos professores do ensino médio. Entre os recursos didáticos do curso, há textos conceituais, atividades, recomendações de publicações, vídeos e podcasts com especialistas de destaque no trabalho em áreas correlatas à ECG. O curso foi finalizado em 2022 e será implementado em caráter piloto, com ampla divulgação e implementação planejada para 2023 (UNESCO, 2023, p. 9).

Algo a ser ressaltado, com esses trechos do relatório, é a parceria dessa agência com o MEC, na medida que, sem essa parceria, não seria possível efetivar o suporte que a própria UNESCO ressalta. Identificasse que as recomendações perpassam todos os níveis da educação escolar (educação básica e educação superior), até mesmo a formação de professores, e claro, o fornecimento de materiais para auxiliarem a prática docente. Referente a esses materiais, Freitas (2012, p.14) diz que "Esse apostilamento começa na pré-escola e continua no ensino fundamental". Tendo como finalidade controlar o trabalho docente, para que esses profissionais fiquem presos a esses materiais, a vista que, os conteúdos presentes nos livros propostos pelo organismo, serão os mesmos que serão cobrados nas avaliações de larga escala (Freitas, 2012).

Conforme Camargo e Rosa (2018, p. 288) "Compreender o trabalho docente no contexto da internacionalização das políticas educacionais pressupõe primeiro entendê-lo como trabalho humano [...]". Com isso, o trabalho docente exige uma formação política, filosófica e social, tendo como finalidade uma sólida formação teórica, jamais se reduzindo a formações aligeiradas e execuções de materiais, propostos pelas agencias econômicas. Em vista disso, as formações e materiais fornecidos pela UNESCO, não contemplam a complexidade da formação e do trabalho docente.

Os materiais fornecidos pela UNESCO, são altamente prescritivos, reduzindo o trabalho docente ao mero reprodutor de tais prescrições, sem qualquer análise crítica ou questionamentos, na medida que, basta executar o que está pronto. Essas

recomendações, estão cada vez mais afetando os cursos de formação de professores. Para Camargo e Rosa (2018, p. 288) "A complexidade do trabalho docente não está apenas na atividade de ensinar algo a alguém, mas também por se constituir como uma profissão mediada por relações historicamente humanas [...]". Porém, na concepção de educação das agências neoliberais, os professores devem ser treinados, recebendo treinamentos de técnicas e o uso de materiais didáticos. Algo além disso é considerado perda de tempo.

O documento analisado questiona os conteúdos teóricos nos cursos de formação de professores, declamando não ser necessário esse banho de humanidades, que os professores recebem nos cursos de graduação nas licenciaturas. Propor treinamentos de receituários, faz parte do kit neoliberal necessário para prática docente, e seguir à risca esse receituário é urgente para promover uma educação de qualidade total.

No subtítulo Lições de Empreendedorismo para o Alcance de uma Educação Emancipadora e Transformadora, a UNESCO relata sobre a cooperação técnica e financeira com o Instituto Latino-Americano de Empreendedorismo, Inovação e Desenvolvimento Sustentável Êxito, para implementação e execução do projeto Lições de Empreendedorismo para o Alcance de uma Educação Emancipadora e Transformadora.

A UNESCO no Brasil e o Instituto Latino-Americano de Empreendedorismo, Inovação e Desenvolvimento Sustentável Êxito firmaram uma cooperação técnica e financeira para a consecução do projeto Lições de Empreendedorismo para o Alcance de uma Educação Emancipadora e Transformadora, com vistas a – por meio de atividades educacionais – beneficiar estudantes em temas voltados para o desenvolvimento do empreendedorismo, a fim de alcançar uma educação emancipadora e transformadora. As atividades previstas neste projeto são realizadas nas modalidades presencial e à distância, com o uso de plataformas digitais e abrangem cursos, workshops, palestras, seminários e rodas de conversa, com disponibilização de vídeos e material didático. Em 2022, foi finalizado e disponibilizado o referido material didático, contendo 16 lições sobre temas relacionados à educação empreendedora em diálogo com competências técnicas, pessoais, gerenciais e sociais, além de um guia para professores. O curso, resultado do projeto, foi implementado em turmas do ensino fundamental e médio (UNESCO, 2023, p. 8).

De acordo com Campos e Soeiro (2016, p. 7) "Onde o cidadão se construía a partir de uma vontade comum, de escolhas coletivas e do «bem público», o

empreendedor edifica-se segundo o princípio único da competição individual". Para os autores, o empreendedorismo se pauta na lógica da competitividade, do individualismo e da concorrência, portanto "[...] não anula o facto de a sua origem ser historicamente de orientação liberal e individualista" (Campos e Soeiro, 2016, p. 8).

A ideia de empreendedorismo que aparece nos documentos da UNESCO ressalta a lógica de esforço próprio, efetivando a ideia de que basta se esforçar mais e competir, dentro de um caminho individualista, que o indivíduo baterá suas metas. Sendo assim, o fracasso é de responsabilidade individual e não das condições precárias que tem origem nas desigualdades sociais. Portanto, essa educação emancipadora e transformadora, proposta pelo projeto da UNESCO, não emancipa e muito menos transforma, e sim aliena os jovens e os culpabiliza.

Como sociólogo que somos, fomos habituados a suspeitar de explicações fatalistas para fenómenos sociais complexos e a duvidar de quem propõe respostas individualistas para problemas que sabemos serem coletivos, como o desemprego e a precariedade. Por isso, a narrativa do empreendedorismo, que o apresenta como uma «atitude», um «espírito» e um «modo de ser» do indivíduo capaz de resolver aqueles problemas, sempre nos mereceu a maior desconfiança (Campos e Soeiro, 2016, p.6).

Como ressaltado pelos autores, os fenômenos sociais, de fato são complexos e demandam uma análise profunda e crítica, buscando respostas que sejam elas científicas ou políticas, para darem conta da complexidade que se encontra os problemas sociais que vigoram no país, como desemprego, pobreza e desigualdades de acesso aos direitos sociais. Uma amplitude de questões desafiadoras. Porém, o empreendedorismo maquia toda essa problemática, incentivando um espírito competitivo, cabendo aos jovens se preocuparem apenas com supostas metas a serem alcançadas individualmente. Para tanto, "O empreendedorismo apresenta-se como a saída para a crise do emprego. Mas trata-se de uma saída que acentua a lógica neoliberal enraizada na origem do problema" (Campos e Soeiro, 2016, p. 6).

Esses projetos executados pela UNESCO, em parceria com terceiro setor, em escolas de ensino fundamental e médio, acabam tendo impactos irreparáveis na formação da juventude brasileira. As crianças e jovens passam a acreditar que as precariedades que se encontram, são resultado de seus esforços ou de seus pais, impedindo-os que reflitam e pensem criticamente sobre os problemas sociais que

vigoram em seus contextos e no país. Campos e Soeiro (2016, p. 06) alertam para tal questão

Desembaraçados do contrato de trabalho, instilados de «espírito empreendedor» e munidos de conselhos para melhorar a nossa «empregabilidade», não é afinal um mundo de produtores autônomos o que temos pela frente, mas uma selva de exploração, de desigualdade e de desproteção social. Uma selva na qual o discurso do empreendedorismo se constitui como uma nova forma de dominação, tanto mais eficaz quanto mais incorporada na subjetividade e quanto mais capaz de nos fazer interiorizar a culpa pela nossa própria desgraça.

Em conformidade com Freitas (2014, p. 6) "[...] exercitam processos meritocráticos com alunos, professores e gestores que ajudam a fixar a meritocracia como forma de progredir na vida via empreendedorismo [...]". Com isso, passam a utilizar tal discurso como verdade absoluta e única, e que tal estratégia é a melhor, mais rápida e eficaz.

Sendo assim, se torna urgente impedir que estes projetos implementados e executados pelos organismos internacionais, em cooperação com o terceiro setor, avancem. O que está em jogo é a formação da juventude brasileira, que de forma gradativa estão tendo sua formação reduzida a lógica do mercado, e unicamente a isso. Sendo assim, "Resistir a este kit é nosso dever moral e profissional, cabe aos intelectuais denunciarem as consequências nefastas para a educação que o neoliberalismo e seu discurso têm trazido [...]" (Arce, 2001, p. 28).

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente estudo teve por objetivo apreender e analisar os desdobramentos das políticas educacionais neoliberais nos sistemas públicos de ensino. A partir da análise de documentos de organismos internacionais, em especial o Banco Mundial (BM), e a Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO), foi possível compreender e identificar a influência que tais organismos estão tendo, desde a década de 1990, até os dias atuais, sobre as políticas educacionais elaboradas pelo Ministério da Educação (MEC), e políticas elaboradas pelos demais órgãos oficiais.

Para tanto, as recomendações desses organismos, pautadas sobre a lógica de controle e monitoramento dos sistemas de ensino, são utilizadas como base da elaboração das políticas internas dos países em desenvolvimento, em especial o Brasil. Portanto, as orientações técnicas dessas agências multilaterais têm trazido consequências nefastas para a formação da juventude brasileira, a qual está sendo submetida à uma formação mínima, estreitada por estratégias mercadológicas adotadas e impostas pelos órgãos oficiais.

Pretende-se com esse estudo, levantar novos questionamentos referentes ao tema discutido, afirmando a necessidade de estarmos mais do que nunca, atentos ao ideário neoliberal que tem avançado e se intensificado nas últimas décadas, propagando seu discurso falacioso pautado numa suposta solução para todos os problemas, que basta adotar suas estratégias que tudo terá eficácia e eficiência, conforme os métodos do mercado capitalista.

## REFERÊNCIAS

ARCE, Alessandra. **Compre o kit neoliberal para a educação infantil e ganhe grátis os dez passos para se tornar um professor reflexivo.** Educação & Sociedade, v. 22, p. 251-283, 2001.

BANCO MUNDIAL. **Aprendizagem para Todos Investir nos Conhecimentos e Competências das Pessoas para Promover o Desenvolvimento.** Washington, DC, 2020. Disponível em: [World Bank Document](#). Acesso em: 10 abr. 2024.

CAMPOS, Adriano. SOEIRO, José. **A falácia do empreendedorismo.** Bertrand editora, Lisboa, 2016. Disponível em: [https://d1wqtxts1xzle7.cloudfront.net/49430455/A\\_Falacia\\_do\\_Empreendedorismo\\_Campos\\_Soeiro-libre.pdf?1475858474](https://d1wqtxts1xzle7.cloudfront.net/49430455/A_Falacia_do_Empreendedorismo_Campos_Soeiro-libre.pdf?1475858474). Acesso em: 30 mai. 2024.

CAMARGO, Sandra Almeida Ferreira. ROSA, Sandra Valéria Limonta. INTERNACIONALIZAÇÃO DAS POLÍTICAS EDUCACIONAIS, TRABALHO DOCENTE E PRECARIZAÇÃO DO ENSINO. In: LIBÂNEO, José Carlos. FREITAS, Raquel A. Marra da Madeira (orgs.). **POLÍTICAS EDUCACIONAIS NEOLIBERAIS E ESCOLA PÚBLICA: uma qualidade restrita de educação escolar.** 1ª ed. Goiânia: Editora Espaço Acadêmico, 2018. p. 277-297. Disponível em: [\\*Políticas Educacionais Neoliberais e Escola Pública uma qualidade restrita de e educacao escolar \(1\).pdf](#). Acesso em: 29 jul. 2023.

FREITAS, Luiz Carlos de. **OS REFORMADORES EMPRESARIAIS DA EDUCAÇÃO: DA DESMORALIZAÇÃO DO MAGISTÉRIO À DESTRUIÇÃO DO SISTEMA PÚBLICO DE EDUCAÇÃO.** Educ. Soc., Campinas, v. 33, n. 119, p. 379-

404, abr.-jun. 2012. Disponível em:

[www.scielo.br/j/es/a/PMP4Lw4BRRX4k8q9W7xKxVy/?format=pdf&lang=pt](http://www.scielo.br/j/es/a/PMP4Lw4BRRX4k8q9W7xKxVy/?format=pdf&lang=pt). Acesso em: 21 abr. 2024.

FREITAS, Luiz Carlos de. **OS EMPRESÁRIOS E A POLÍTICA EDUCACIONAL: COMO O PROCLAMADO DIREITO À EDUCAÇÃO DE QUALIDADE É NEGADO NA PRÁTICA PELOS REFORMADORES EMPRESARIAIS**. Revista: *Geminal: Marxismo e Educação em Debate*, v. 6, n. 1, p. 48-59, Salvador, 2014. Disponível em: [Microsoft Word - 06 Debate Luiz Carlos Freitas.docx \(semanticscholar.org\)](https://www.semanticscholar.org/document/06-Debate-Luiz-Carlos-Freitas). Acesso: 03 Mar. 2024.

FREITAS, Luiz Carlos de. **OS REFORMADORES EMPRESARIAIS DA EDUCAÇÃO E A DISPUTA PELO CONTROLE DO PROCESSO PEDAGÓGICO NA ESCOLA**. Revista: *Educ. Soc.* v. 35, nº. 129, Campinas, 2014. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/ES0101-73302014143817>. Acesso: 08 Mar. 2024.

LIBÂNEO, José Carlos. **TENDÊNCIAS PEDAGÓGICAS NA PRÁTICA ESCOLAR**. Revista da Associação Nacional de Educação–ANDE, São Paulo, v. 3, p. 11-19, 1983. Disponível em: [Texto 1 - tendencias pedagogicas libaneo.pdf](https://www.libaneo.org.br/texto-1-tendencias-pedagogicas-libaneo.pdf). Acesso em: 27 nov. 2023.

LIBÂNEO, José Carlos. **O dualismo perverso da escola pública brasileira: escola do conhecimento para os ricos, escola do acolhimento social para os pobres**. *Educação e Pesquisa*, São Paulo, v. 38, n. 1, p. 13-28, 2012. Disponível em: [EP323 O dualismo perverso da escola pública brasileira .indd](https://www.scielo.org/ep323/O-dualismo-perverso-da-escola-publica-brasileira.indd). Acesso em: 24 set. 2023.

LIBÂNEO, José Carlos. FREITAS, Raquel A. Marra da Madeira. A PESQUISA: REPERCUSSÕES DE POLÍTICAS EDUCACIONAIS NA ESCOLA E NA SALA DE AULA. In: LIBÂNEO, José Carlos. FREITAS, Raquel A. Marra da Madeira (orgs.). **POLÍTICAS EDUCACIONAIS NEOLIBERAIS E ESCOLA PÚBLICA: uma qualidade restrita de educação escolar**. 1ª ed. Goiânia: Editora Espaço Acadêmico, 2018. P. 22-43. Disponível em: [\\*Políticas Educacionais Neoliberais e Escola Pública uma qualidade restrita d e educacao escolar \(1\).pdf](https://www.libaneo.org.br/politicas-educacionais-neoliberais-e-escola-publica-uma-qualidade-restrita-de-educacao-escolar-1.pdf). Acesso em: 10 jul. 2023.

LIBÂNEO, José Carlos. POLÍTICAS EDUCACIONAIS NEOLIBERAIS E ESCOLA: UMA QUALIDADE DE EDUCAÇÃO RESTRITA E RESTRITIVA. In: LIBÂNEO, José Carlos. FREITAS, Raquel A. Marra da Madeira (orgs.). **POLÍTICAS EDUCACIONAIS NEOLIBERAIS E ESCOLA PÚBLICA: uma qualidade restrita de educação escolar**. 1ª ed. Goiânia: Editora Espaço Acadêmico, 2018. p. 44-87. Disponível em: [\\*Políticas Educacionais Neoliberais e Escola Pública uma qualidade restrita d e educacao escolar \(1\).pdf](https://www.libaneo.org.br/politicas-educacionais-neoliberais-e-escola-publica-uma-qualidade-restrita-de-educacao-escolar-1.pdf). Acesso em: 15 jul. 2023.

MOREIRA, Jani da Silva. LARA, Angela Mara de Barros. **Políticas públicas para a educação infantil no Brasil (1990-2001)**. Eduem, Maringá, 2012. Disponível em: [Liv-Jani.indd \(scielo.org\)](https://www.scielo.org/liv-jani.indd). Acesso: 20 jan. 2024.

SAVIANI, Dermeval. **Da nova LDB ao Fundeb**. 3ª ed. Autores, 2008.

SAVIANI, Dermeval. **POLÍTICA EDUCACIONAL BRASILEIRA: LIMITES E PERSPECTIVAS**. Revista de Educação PUC-Campinas, Campinas, n. 24, p. 7-16, junho 2008. Disponível em: [artigo 1 Educação n 24.pmd](#). Acesso em: 10 mar. 2024.

SILVA, Simônia Peres da. **O PROCESSO DE IMPLEMENTAÇÃO DAS POLÍTICAS EDUCACIONAIS E REPERCUSSÕES NAS FORMAS DE GESTÃO DA ESCOLA E NO PROCESSO DE ENSINO-APRENDIZAGEM: O PACTO PELA EDUCAÇÃO EM GOIÁS**. Sistema de Bibliotecas PUC Goiás, Goiânia, 2014. Disponível em: [Tese Simonia final 2014.pdf](#). Acesso em: 03 abr.2024.

SILVA, Simônia Peres da. REFORMA EDUCACIONAL GOIANA: DESDOBRAMENTOS NO CURRÍCULO E NAS PRÁTICAS EDUCATIVAS. *In*: LIBÂNEO, José Carlos. FREITAS, Raquel A. Marra da Madeira (orgs.). **POLÍTICAS EDUCACIONAIS NEOLIBERAIS E ESCOLA PÚBLICA: uma qualidade restrita de educação escolar**. 1ª ed. Goiânia: Editora Espaço Acadêmico, 2018. p. 131-150. Disponível em: [\\*Políticas Educacionais Neoliberais e Escola Publica uma qualidade restrita d e educacao escolar \(1\).pdf](#). Acesso em: 10 jul. 2023.

TROJAN, Rose Meri. **POLÍTICAS EDUCACIONAIS NA AMÉRICA LATINA E OS IMPACTOS DA GLOBALIZAÇÃO**. *In*: SOUZA, Ângelo Ricardo de. GOUVEIA, Andréa Barbosa. TAVARES, Taís Moura (orgs.). **POLÍTICAS EDUCACIONAIS Conceitos e Debates**. 3ª ed. Curitiba: Appris, 2016. p. 47-73.

UNESCO. **RELATÓRIO ANUAL DA UNESCO NO BRASIL 2022**. Brasil, 2023. Disponível em: [unesdoc.unesco.org/ark:/48223/pf0000384818\\_por/PDF/384818por.pdf.multi](https://unesdoc.unesco.org/ark:/48223/pf0000384818_por/PDF/384818por.pdf.multi). Acesso em 10 abr. 2024.

Recebido em: 10.01.2026  
Aprovado em: 10.04.2026